



SIMULADO ESPECIAL

ALECE

**Analista Legislativo -
Direito - Pós-Edital**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ
Edifício Senador César Cals

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **ALECE**, cargo de **Analista Legislativo - Direito**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/dZTmtY7ajKFBTobC7>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 61 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 62 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) | 63 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) | 64 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) | 65 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) | 66 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) | 67 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) | 68 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) | 69 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) | 70 - (A)(B)(C)(D)(E) |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/4e6Y3y8>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabrizio Dutra***O trabalho escravo no Brasil**

De forma mais simples, o termo trabalho escravo contemporâneo é usado no Brasil para designar a situação em que a pessoa está submetida a trabalho forçado, jornada exaustiva, servidão por dívidas e/ou condições degradantes. Não é necessário que os quatro elementos estejam presentes: apenas um deles é suficiente para configurar a exploração de trabalho escravo.

Trabalho forçado: o trabalhador é submetido à exploração, sem possibilidade de deixar o local por causa de dívidas, violência física ou psicológica ou outros meios usados para manter a pessoa trabalhando. Em alguns casos, o trabalhador se encontra em local de difícil acesso, dezenas de quilômetros distante da cidade, isolado geograficamente e longe de sua família e de uma rede de proteção. Em outros, os salários não são pagos até que se finalize a empreitada, e o trabalhador permanece no serviço com a esperança de, um dia, receber. Há ainda os casos em que os documentos pessoais são retidos pelo empregador, e o trabalhador se vê impedido de deixar o local.

Jornada exaustiva: não se trata somente de um excesso de horas extras não pagas. É um expediente desgastante que coloca em risco a integridade física e a saúde do trabalhador, já que o intervalo entre as jornadas é insuficiente para que possa recuperar suas forças. Há casos em que o descanso semanal não é respeitado. Assim, o trabalhador também fica impedido de manter vida social e familiar e corre mais riscos de adoecimento físico e mental.

1. De acordo com as informações do texto, assinale a alternativa correta acerca da caracterização do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.

- a) A configuração do trabalho escravo exige a comprovação simultânea de trabalho forçado, jornada exaustiva, servidão por dívidas e condições degradantes.
- b) A retenção de documentos pessoais pelo empregador, embora irregular, não é suficiente para caracterizar situação de trabalho escravo se não houver violência física.
- c) O isolamento geográfico do trabalhador somente caracteriza trabalho escravo quando acompanhado do não pagamento de salários por período prolongado.
- d) A exploração pode ser juridicamente caracterizada pela presença de apenas um dos elementos previstos, ainda que os demais não estejam presentes.
- e) A jornada exaustiva somente se configura quando houver descumprimento do descanso semanal remunerado.

2. A coesão textual, a partir da progressão temática proporcionada pela conjunção demarcada a seguir, é do tipo:

Não é necessário que os quatro elementos estejam presentes: apenas um deles é suficiente para configurar a exploração de trabalho escravo.

- a) referencial por forma lexical.
- b) referencial elíptica.
- c) sequencial frástica.
- d) sequencial parafrástica.
- e) referencial por pró-forma

3. “não se trata somente de um excesso de horas extras não pagas.”

Os elementos destacados acima são respectivamente:

- a) partícula apassivadora, adjetivo.
- b) índice de indeterminação do sujeito, substantivo.
- c) pronome reflexivo, adjetivo.
- d) partícula apassivadora, adjetivo.
- e) índice de indeterminação do sujeito, adjetivo.

4. Em outros, os salários não são pagos até que se finalize a empreitada.

O termo ‘a empreitada’ acima exerce função de:

- a) sujeito
- b) objeto direto
- c) complemento nominal
- d) predicativo
- e) adjunto adnominal

5. Assinale a alternativa em que o emprego do acento indicativo de crase está de acordo com a norma-padrão.

- a) O trabalhador submetido à trabalho forçado tem seus direitos fundamentais violados.
- b) Em muitos casos, o empregado permanece vinculado à essa condição degradante por longos períodos.
- c) A legislação brasileira combate práticas que atentam à dignidade do trabalhador.
- d) Alguns empregadores recorrem à meios ilegais para impedir a saída dos trabalhadores.
- e) O combate ao trabalho escravo depende de medidas voltadas à trabalhadores vulneráveis

6. *Não é necessário que os quatro elementos estejam presentes: apenas um deles é suficiente para configurar a exploração de trabalho escravo.*

O termo ‘que’, na frase acima, introduz uma oração:

- a) subordinada adjetiva restritiva.
- b) subordinada substantiva subjetiva.
- c) subordinada adverbial consecutiva.
- d) subordinada adjetiva subjetiva.
- e) subordinada substantiva completiva nominal.

7. Em outros, os salários não são pagos até que se finalize a empreitada.

O conectivo acima apresenta valor semântico de:

- a) condição
- b) consequência
- c) tempo
- d) causa
- e) conformidade

8. Considerando a organização e o objetivo do material lido, em qual tipo textual este excerto predominantemente se enquadra?

- a) Descritivo, uma vez que se limita a listar os objetos encontrados em locais de trabalho degradante.
- b) Injuntivo, porque prescreve normas de segurança que devem ser seguidas pelos empregadores rurais.
- c) Expositivo, visto que apresenta definições e explicações detalhadas sobre os elementos que compõem o trabalho escravo.
- d) Narrativo, pois relata a história de trabalhadores que foram resgatados de condições análogas à escravidão.
- e) Argumentativo, uma vez que busca convencer o leitor de que o trabalho escravo é o principal problema social do país.

9. Sobre a função da linguagem predominante no texto, que busca informar o leitor sobre o trabalho escravo de forma objetiva, assinale a alternativa correta:

- a) Função Expressiva.
- b) Função Referencial.
- c) Função Fática.
- d) Função Metalinguística.
- e) Função Conativa.

10. Em alguns casos, o trabalhador se encontra em local de difícil acesso, dezenas de quilômetros distante da cidade, isolado geograficamente e longe de sua família e de uma rede de proteção.

Os termos destacados exercem, respectivamente, as funções de:

- a) adjunto adnominal, complemento nominal, adjunto adnominal.
- b) complemento nominal, adjunto adnominal, adjunto adnominal.
- c) adjunto adnominal, complemento nominal, complemento nominal.
- d) adjunto adnominal, adjunto adnominal, complemento nominal.
- e) complemento nominal, adjunto adnominal, complemento nominal.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

11. Em relação aos dispositivos de armazenamento utilizados em computadores pessoais, qual característica diferencia os SSDs dos discos rígidos (HDs) magnéticos tradicionais?

- a) Os SSDs utilizam memória flash para armazenar dados, dispensando partes mecânicas móveis durante as operações de leitura e gravação.
- b) Os SSDs dependem de discos magnéticos giratórios para armazenar arquivos e programas.

c) Os SSDs armazenam dados apenas enquanto o computador permanece ligado.

d) Os SSDs são classificados como memória RAM de alta capacidade destinada ao processamento temporário de dados.

e) Os SSDs funcionam exclusivamente como dispositivos externos conectados por USB.

12. Um usuário criou um atalho de um arquivo na Área de Trabalho e, posteriormente, excluiu apenas esse atalho. Após a exclusão, o arquivo original continuou acessível em sua pasta de armazenamento. Essa situação ocorre porque o atalho:

- a) é uma cópia completa do arquivo original armazenada em outro local.
- b) move automaticamente o arquivo original para a Área de Trabalho quando é criado.
- c) mantém uma versão temporária do arquivo na Área de Transferência.
- d) é apenas uma referência ao arquivo original, sem alterar sua localização ou conteúdo.
- e) transforma o arquivo original em um item oculto do sistema.

13. No Microsoft Teams, uma equipe deseja compartilhar um documento para que vários integrantes possam editá-lo simultaneamente, com as alterações sendo sincronizadas para todos os participantes. Nesse cenário, o recurso mais adequado é:

- a) Enviar o arquivo por mensagem privada para cada integrante da equipe.
- b) Armazenar e compartilhar o arquivo em um canal da equipe, permitindo a edição colaborativa.
- c) Compartilhar apenas uma captura de tela do documento durante uma reunião.
- d) Converter o documento em PDF antes de disponibilizá-lo aos demais usuários.
- e) Utilizar exclusivamente o chat da reunião para registrar as alterações realizadas.

14. No Microsoft Word, um usuário está finalizando um relatório extenso e deseja que a numeração das páginas seja atualizada automaticamente caso novas páginas sejam inseridas ou removidas do documento. Para isso, ele deve utilizar:

- a) A quebra de página manual em todas as páginas do documento.
- b) O recurso Controlar Alterações.
- c) A ferramenta Localizar e Substituir.
- d) A criação de comentários em cada página.
- e) O comando de numeração de páginas inserido no cabeçalho ou rodapé do documento.

15. Um colaborador recebeu uma mensagem eletrônica aparentemente enviada pelo setor de tecnologia da empresa, solicitando que acessasse um link e informasse suas credenciais de acesso para evitar o bloqueio da conta. Posteriormente, verificou-se que a mensagem era falsa e tinha o objetivo de capturar informações dos usuários. Esse tipo de ataque é conhecido como:

- a) Phishing.
- b) Firewall.
- c) Backup incremental.
- d) Assinatura digital.
- e) Criptografia.

LEGISLAÇÃO E ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Emerson Bruno

16. Com base na Lei 9.826/74 e suas atualizações posteriores, é correto afirmar que o estágio probatório é o período de

- a) três anos de efetivo exercício no cargo de provimento efetivo, contado do início do exercício funcional.
- b) dois anos de efetivo exercício no cargo de provimento efetivo, contado do início do exercício funcional.

- c) três anos de efetivo exercício no cargo de provimento efetivo, contado da data da posse.
- d) dois anos de efetivo exercício no cargo de provimento efetivo, contado da data da posse.
- e) três anos de efetivo exercício no cargo de provimento efetivo, contado da data da nomeação.

17. De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Ceará (Lei nº 9.826/1974), o funcionário que causar danos a terceiros, quando no exercício de suas funções,

- a) deve ser acionado diretamente pela vítima, respondendo civilmente pela reparação dos danos causados.
- b) não pode ser demandado a responder pelos danos causados, nem direta, nem regressivamente.
- c) enseja responsabilidade do Estado pela reparação dos danos, cabendo ação regressiva contra o servidor em caso de dolo ou culpa.
- d) não enseja responsabilidade do Estado, salvo comprovação de culpa ou dolo do servidor.
- e) responde civilmente pela reparação de danos causados, excluída, neste caso, a apuração de responsabilidade disciplinar, sob pena de dupla penalização.

18. Com base no Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Ceará, a posse ocorrerá no prazo de

- a) 30 (trinta) dias da publicação do ato de provimento no órgão oficial, podendo ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias.
- b) 30 (trinta) dias da publicação do ato de provimento no órgão oficial, podendo ser prorrogado por mais 60 (sessenta) dias.
- c) 30 (trinta) dias da publicação do ato de provimento no órgão oficial, poder ser prorrogado por mais 15 (quinze) dias.
- d) 30 (trinta) dias da publicação do ato de provimento no órgão oficial, não podendo ser prorrogado.
- e) 30 (trinta) dias da publicação do ato de provimento no órgão oficial, poder ser prorrogado por mais 20 (vinte) dias.

19. Conforme disposições da Lei Estadual nº 9.826/1974 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Ceará), o exercício funcional terá início no prazo de

- a) 15 dias.
- b) 20 dias.
- c) 30 dias.
- d) 60 dias.
- e) 45 dias.

20. A respeito das disposições do Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Ceará, considera-se abandono de cargo

- a) a deliberada ausência ao serviço, sem justa causa, por 30 (trinta) dias consecutivos ou 90 (noventa) dias, interpoladamente, durante 12 (doze) meses.
- b) a deliberada ausência ao serviço, sem justa causa, por 30 (trinta) dias consecutivos ou 60 (sessenta) dias, interpoladamente, durante 12 (doze) meses.
- c) a deliberada ausência ao serviço, sem justa causa, por 60 (sessenta) dias consecutivos ou 90 (noventa) dias, interpoladamente, durante 12 (doze) meses.
- d) a deliberada ausência ao serviço, sem justa causa, por 20 (vinte) dias consecutivos ou 60 (sessenta) dias, interpoladamente, durante 36 (trinta e seis) meses.
- e) a deliberada ausência ao serviço, sem justa causa, por 30 (trinta) dias consecutivos ou 60 (sessenta) dias, interpoladamente, durante 24 (vinte e quatro) meses.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL APLICADO AO PROCESSO LEGISLATIVO

Nelma Fontana

21. No âmbito do processo legislativo, a Constituição da República prevê espécies normativas distintas, com procedimentos próprios. Acerca das leis complementares e ordinárias, assinale a alternativa correta.

- a) A lei complementar é hierarquicamente superior à lei ordinária.
- b) A lei ordinária pode tratar de matéria reservada à lei complementar, desde que aprovada por maioria absoluta.
- c) A lei complementar exige aprovação por maioria absoluta dos membros da Casa Legislativa.
- d) A lei complementar pode ser revogada por lei ordinária posterior, ainda que trate de matéria constitucionalmente reservada.
- e) A lei ordinária exige o mesmo quórum de aprovação da emenda constitucional.

22. Deputado estadual apresentou projeto de lei determinando a instalação de câmeras de monitoramento em escolas públicas estaduais e em suas cercanias, sem alterar a estrutura da Administração, atribuições de órgãos ou regime jurídico de servidores. Nessa situação, é correto afirmar que

- a) há vício, pois todo gasto público exige iniciativa do Governador.
- b) a sanção do Governador é indispensável para convalidar a iniciativa.
- c) a matéria somente poderia ser tratada por lei complementar.
- d) não há vício de iniciativa.
- e) o projeto invade competência privativa da União.

23. Projeto de lei ordinária de iniciativa do Presidente da República foi apresentado diretamente ao Senado Federal, onde teve início sua discussão e votação. Considerando as regras constitucionais do processo legislativo, é correto afirmar que

- a) a tramitação é válida, pois o Senado integra o Congresso Nacional.
- b) o projeto deveria ter início na Câmara dos Deputados.
- c) a falha é sanada se houver aprovação nas duas Casas.
- d) a escolha da Casa inicial é ato discricionário do Presidente.
- e) a votação inicial no Senado só é vedada em lei complementar.

24. Durante a tramitação de projeto de lei de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, parlamentar apresentou emenda com pertinência temática, mas que aumentava a despesa originalmente prevista. À luz do processo legislativo constitucional, é correto afirmar que a emenda

- a) é válida, pois toda emenda parlamentar é admitida se houver pertinência temática.
- b) é inválida, pois projeto de iniciativa privativa não admite qualquer emenda parlamentar.
- c) é válida se aprovada pela maioria absoluta dos membros da Casa Legislativa.
- d) é inadmissível, salvo nas hipóteses constitucionais relativas ao orçamento.
- e) depende de sanção do Chefe do Executivo para superar o vício formal.

25. Acerca das leis ordinárias e complementares no processo legislativo constitucional, assinale a alternativa correta

- a) A lei complementar exige aprovação por maioria absoluta.
- b) A lei ordinária exige aprovação por três quintos dos membros.
- c) A lei complementar é superior à lei ordinária.
- d) A lei ordinária pode disciplinar matéria reservada à lei complementar.
- e) A lei complementar pode ser aprovada por maioria simples, desde que haja sanção.

26. Aprovado projeto de lei ordinária pelo Congresso Nacional, o Presidente da República vetou apenas uma expressão constante de determinado artigo, por considerá-la contrária ao interesse público. Nessa hipótese, é correto afirmar que o veto

- a) é válido, pois o veto político pode recair sobre qualquer fração textual.
- b) é válido, desde que comunicado ao Congresso em até quinze dias úteis.
- c) é inválido, pois o veto parcial deve abranger unidade normativa mínima.
- d) é inválido, pois somente se admite veto por inconstitucionalidade.
- e) é válido se mantido pela maioria absoluta dos deputados e senadores.

27. No procedimento legislativo sumário, o Presidente da República solicitou urgência para apreciação de projeto de lei de sua iniciativa. Sobre essa hipótese, assinale a alternativa correta

- a) A urgência pode ser requerida para qualquer proposição em tramitação no Congresso Nacional.
- b) O pedido de urgência dispensa a deliberação executiva, pois substitui a sanção presidencial.
- c) O procedimento sumário é cabível também para projeto de código, se houver relevância.
- d) A não apreciação em trinta dias gera arquivamento automático da proposição.
- e) Cada Casa terá até quarenta e cinco dias para se manifestar.

28. Sobre a proposta de emenda à Constituição, assinale a alternativa correta.

- a) Pode ser apresentada pelo Vice-Presidente da República, se houver delegação.
- b) É vedada durante intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio.
- c) Aprovada por maioria absoluta em dois turnos, segue à sanção presidencial.
- d) Se rejeitada, pode ser reapresentada na mesma sessão legislativa.
- e) É promulgada pela Mesa do Congresso Nacional após aprovação.

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ

Rodrigo Bet

29. De acordo com a Constituição do Estado do Ceará, a Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

- a) de um quinto, no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa.
- b) do Governador do Estado.
- c) de um terço das Câmaras Municipais, manifestando-se cada uma pela maioria absoluta de seus membros.
- d) de cidadãos, mediante iniciativa popular assinada por, no mínimo, cinco por cento dos eleitores.
- e) do Procurador-Geral de Justiça.

30. De acordo com a literalidade da Constituição do Ceará, não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir os seguintes valores, EXCETO:

- a) a autonomia dos Municípios.
- b) o voto direto, secreto, universal, igual e periódico.
- c) a independência e a harmonia dos Poderes.
- d) as regras atinentes à alteração constitucional.

e) a forma federativa de Estado.

31. O Governador poderá solicitar que os projetos de lei e de lei complementar de sua iniciativa sejam apreciados, em regime de urgência, pela Assembleia Legislativa no prazo de:

- a) trinta dias.
- b) quarenta dias.
- c) quarenta e cinco dias.
- d) sessenta dias.
- e) noventa dias.

32. Remetido o projeto ao Governador, este poderá vetá-lo, por inconstitucionalidade ou contrariedade ao interesse público, no prazo de quinze dias úteis. Decorrido esse prazo, o silêncio do Governador:

- a) importará rejeição tácita do projeto.
- b) importará sanção.
- c) implicará o arquivamento definitivo do projeto.
- d) autorizará o Presidente da Assembleia a vetar o projeto.
- e) prorrogará automaticamente o prazo por mais quinze dias.

33. A competência para julgar as contas apresentadas, anualmente, pelo Governador do Estado é:

- a) do Tribunal de Contas do Estado, mediante parecer prévio.
- b) do Tribunal de Justiça do Estado.
- c) da Assembleia Legislativa.
- d) do Tribunal de Contas do Estado, em decisão definitiva e irrecurável.
- e) do Tribunal de Contas dos Municípios.

34. Nos termos da CE-CE, não poderão ser objeto de delegação, mediante lei delegada, EXCETO:

- a) a matéria reservada à lei complementar.
- b) as matérias de competência exclusiva da Assembleia Legislativa.
- c) as matérias de iniciativa do Poder Judiciário.
- d) as matérias de iniciativa do Tribunal de Contas do Estado do Ceará.
- e) as matérias de iniciativa concorrente do Governador e dos Deputados Estaduais.

REGIMENTO INTERNO DA ALECE, TÉCNICA LEGISLATIVA E REDAÇÃO NORMATIVA

Emerson Bruno

35. Com base nas disposições do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (ALECE), assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A Assembleia poderá reunir-se em outro local da cidade ou do Estado, por decisão da Mesa Diretora, em virtude de força maior ou de caso fortuito devidamente comprovado.
- b) A Assembleia poderá reunir-se em outro local da cidade ou do Estado mediante aprovação de dois terços de seus membros, quando houver motivo relevante ou interesse social.
- c) A Assembleia poderá ceder espaços para manifestações cívicas e culturais a entidades públicas ou privadas, desde que haja autorização da Presidência da Mesa Diretora.
- d) A Assembleia Legislativa reunir-se-á no interior do Estado em data e local previamente indicados pela Mesa Diretora.
- e) A Assembleia somente poderá reunir-se fora de sua sede mediante aprovação da maioria absoluta de seus membros, independentemente da existência de motivo relevante ou interesse social.

36. Com base nas disposições do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A Assembleia Legislativa reunir-se-á ordinariamente de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1.º de agosto a 22 de dezembro.
- b) A Assembleia Legislativa poderá reunir-se extraordinariamente quando for convocada com esse caráter.
- c) A sessão legislativa ordinária não será interrompida sem a aprovação do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- d) Na sessão legislativa extraordinária, a Assembleia somente deliberará sobre a matéria objeto da convocação, sendo vedado o pagamento de parcela indenizatória.
- e) A sessão legislativa ordinária poderá ser encerrada independentemente da aprovação do Plano Plurianual de Investimentos, desde que tenha sido aprovado o projeto de Lei Orçamentária Anual.

37. Com base nas disposições do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará acerca das imunidades parlamentares, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os deputados estaduais são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.
- b) Desde a expedição do diploma, os deputados estaduais não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, devendo os autos da prisão ser remetidos à Assembleia Legislativa em até 24 horas.
- c) Recebida a denúncia por crime ocorrido após a diplomação, o Tribunal de Justiça dará ciência à Assembleia Legislativa, que, por iniciativa de partido político ou federação de partidos nela representados e pelo voto de um terço de seus membros, poderá sustar o andamento da ação até a decisão final.
- d) Recebidos os autos da prisão em flagrante de deputado estadual, o presidente da Assembleia Legislativa deverá encaminhá-los à Comissão de Constituição, Justiça e Redação.
- e) Os deputados estaduais serão, desde a expedição do diploma, processados e julgados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

38. Com base nas disposições do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os deputados estaduais não são obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou de quem receberam informações.
- b) As imunidades dos deputados estaduais poderão ser suspensas durante o estado de sítio mediante o voto da maioria absoluta dos membros da Assembleia Legislativa.
- c) A incorporação de deputados estaduais às Forças Armadas, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá de prévia licença da Assembleia Legislativa.

d) O deputado poderá obter licença para desempenhar missão diplomática ou cultural, de caráter transitório, bem como para participar de curso de caráter técnico ou profissional, congresso, conferência ou reunião, no país ou no exterior.

e) As imunidades dos deputados estaduais subsistirão durante o estado de sítio, somente podendo ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da Assembleia Legislativa.

39. Com base nas disposições do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará acerca da prestação de contas do governador do Estado, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Caso o Tribunal de Contas do Estado encaminhe à Assembleia apenas o relatório do exercício financeiro encerrado, a Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação dará parecer e aguardará, para pronunciamento definitivo, o levantamento das contas do governador, a ser realizado por comissão especial integrada por cinco de seus membros, indicados pelo presidente da Assembleia.

b) Em caso de decretação de calamidade pública, o prazo para remessa da prestação de contas anual do governador poderá ser de até 120 dias após a abertura da sessão legislativa.

c) Recebido o processo de prestação de contas do governador, o presidente da Assembleia, após a leitura no expediente e dentro do prazo de até duas sessões, mandará publicar, dentre as suas peças, o balanço geral e o parecer do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando-o, em seguida, à Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação.

d) A Comissão Especial terá o prazo de 90 dias para o levantamento das contas do governador, que posteriormente serão encaminhadas à Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação, na qual prosseguirá a tramitação regimental.

e) A prestação de contas anual do governador do Estado, relativa ao exercício financeiro anterior, deverá ser remetida à Assembleia Legislativa, com parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, dentro de 60 dias após a abertura da sessão legislativa.

40. Com base nas disposições da Lei Complementar nº 95/1998, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A lei será estruturada em três partes básicas: parte preliminar, parte normativa e parte final.
- b) A parte normativa compreende o texto das normas de conteúdo substantivo relacionadas com a matéria regulada.
- c) A parte final compreende, entre outros elementos, as disposições transitórias, a cláusula de vigência e a cláusula de revogação, quando couber.
- d) A epígrafe, grafada em caracteres maiúsculos, propiciará identificação numérica singular à lei e será formada pelo título designativo da espécie normativa, pelo número respectivo e pelo ano de promulgação.
- e) A ementa será grafada em caracteres maiúsculos e explicitará, de forma detalhada e exaustiva, o objeto da lei.

41. Com base nas disposições da Lei Complementar nº 95/1998, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação.
- b) Excetuadas as codificações, cada lei tratará de um único objeto.
- c) O mesmo assunto poderá ser disciplinado por mais de uma lei, ainda que a lei subsequente não se destine a complementar lei considerada básica e não haja remissão expressa entre elas.
- d) A cláusula “entra em vigor na data de sua publicação” é reservada às leis de pequena repercussão.
- e) A lei não conterà matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão.

DIREITO ADMINISTRATIVO APLICADO AO PODER LEGISLATIVO

Antônio Daud

42. Acerca da organização administrativa e da distinção entre as entidades da Administração indireta, assinale a alternativa correta.

- a) As autarquias integram a Administração indireta e possuem personalidade jurídica de direito público, sendo criadas por autorização legal.
- b) As fundações públicas de direito privado são criadas diretamente por lei e suas áreas de atuação devem ser definidas em lei complementar.
- c) As empresas públicas e as sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado, mas se sujeitam ao regime de direito público em matéria de licitações, conforme a Lei nº 14.133/2021.
- d) As agências reguladoras são autarquias em regime especial dotadas de autonomia técnica, financeira e decisória, com maior independência em relação ao controle ministerial.
- e) As subsidiárias de empresas públicas e sociedades de economia mista não se submetem à obrigatoriedade de licitação, por não integrarem formalmente a Administração Pública.

43. Sobre os princípios constitucionais que regem a Administração Pública, nos termos do art. 37, caput, da CF/88, assinale a alternativa correta.

- a) O princípio da legalidade impede que a Administração Pública atue com base em conceitos jurídicos indeterminados e cláusulas gerais, exigindo sempre previsão legal específica.
- b) O princípio da impessoalidade veda que o agente público atue motivado por razões de ordem pessoal, mas não impede a publicização de realizações governamentais com uso de símbolos e nomes de gestores.
- c) O princípio da eficiência, acrescentado ao *caput* do art. 37 pela EC nº 19/1998, permite à Administração prescindir da legalidade sempre que a medida adotada for tecnicamente mais eficiente.
- d) O princípio da moralidade administrativa é autônomo em relação ao princípio da legalidade, podendo gerar, por si só, a invalidade de atos administrativos que, embora legais, violem padrões éticos.
- e) O princípio da publicidade exige que todos os atos administrativos sejam publicados no Diário Oficial, sendo inválido o ato praticado sem tal formalidade se houver cidadão prejudicado.

44. Com base na Lei nº 14.133/2021, sobre a contratação direta, que engloba os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação, assinale a alternativa correta.

- a) A contratação direta por inexigibilidade é cabível sempre que o valor estimado da contratação for inferior aos limites estabelecidos para a dispensa de licitação.
- b) A dispensa de licitação em razão de emergência ou calamidade pública pode ser realizada sem justificativa de preço ou formalização administrativa, desde que a urgência seja devidamente demonstrada nos autos do processo.
- c) A inexigibilidade de licitação funda-se na inviabilidade de competição, ocorrendo, por exemplo, quando há fornecedor único, exige-se

notória especialização de profissional ou quando se trata de aquisição de obras de arte e antiguidades de autores conhecidos.

- d) O processo de contratação direta por dispensa e por inexigibilidade deve ser precedido de instrução com razões que a justifiquem, aprovadas pela autoridade competente, com autuação de processo específico.
- e) A dispensa de licitação por valor é modalidade exclusiva da Administração direta, não se aplicando às empresas públicas e sociedades de economia mista que contratam com fundamento na Lei nº 14.133/2021.

45. Acerca dos atributos e dos efeitos dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- a) A presunção de legitimidade dos atos administrativos é *jure et de jure*, não admitindo prova em contrário por parte do administrado.
- b) O atributo da tipicidade determina que os atos administrativos somente podem ser praticados nas formas e com os efeitos previamente definidos em lei, vedando a edição de atos atípicos pela Administração.
- c) A autoexecutoriedade é atributo presente todo ato administrativo sujeito ao regime jurídico administrativo, permitindo à Administração executá-los independentemente de pronunciamento judicial.
- d) O atributo da imperatividade, presente em todos os atos administrativos, confere à Administração a possibilidade de criar obrigações unilateralmente para os administrados, dentro dos limites legais.
- e) A coercibilidade é atributo que equivale à imperatividade e permite à Administração executar materialmente seus atos sem precisar recorrer ao Poder Judiciário.

- 46.** A fiscalização da Administração Pública é considerada por meios doutrinadores uma das funções típicas do Poder Legislativo. Em relação ao controle da Administração Pública, assinale a alternativa correta.
- a) O controle externo é exercido exclusivamente pelo Poder Legislativo com auxílio dos Tribunais de Contas, não sendo possível ao Poder Judiciário exercer qualquer forma de controle sobre a Administração.
 - b) O controle hierárquico é modalidade de controle interno que pressupõe o vínculo de subordinação entre o órgão controlado e o controlador, permitindo revisão de atos por razões de legalidade ou de mérito.
 - c) A Administração Pública não pode anular seus próprios atos quando deles já tiverem decorrido direitos adquiridos por terceiros de boa-fé, sendo o prazo decadencial intercorrente para a anulação de 3 anos.
 - d) O controle exercido pelo Ministério Público sobre a Administração Pública é classificado como controle externo de natureza administrativa, incidindo apenas sobre atos praticados no exercício da função executiva.
 - e) O controle social da Administração Pública é forma de controle interno e participativo que pode ser exercido por qualquer cidadão, inclusive por meio de ação popular, representação ao TCU e ouvidorias.
- 47.** Considerando as regras da Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992 e suas alterações), assinale a alternativa correta:
- a) Prescreve-se em 5 anos a pretensão de punição por atos de improbidade administrativa.
 - b) A apresentação de cópia da declaração de imposto de renda é exigência exclusiva para a posse do agente público.
 - c) A lei de improbidade administrativa, por apresentar condutas referentes a agentes públicos, somente se aplica a quem exerça tal condição.
 - d) A aprovação de contas pelos órgãos de controle interno não tem o condão de impedir a aplicação das sanções previstas na Lei 8.429/1992.
 - e) A Lei 8.429/1992 tem por objetivo aplicar sanções a agentes públicos e demais pessoas que pratiquem atos de desonestidade em desfavor da Administração Pública, sejam intencionais ou culposos.
- 48.** Com base na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 — LGPD), assinale a alternativa correta.
- a) O tratamento de dados pessoais pelo Poder Público somente é lícito quando precedido de consentimento expresso do titular.
 - b) O princípio da finalidade impõe que os dados pessoais coletados sejam tratados para os fins determinados, explícitos e legítimos informados ao titular, vedando a utilização ulterior de forma incompatível com esses fins.
 - c) A LGPD não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos, salvo quando os dados sejam disponibilizados publicamente.
 - d) Os dados pessoais sensíveis podem ser tratados pela Administração Pública sem qualquer restrição, em razão do interesse público que prevalece sobre a privacidade individual.
 - e) A ANPD é órgão integrante da Presidência da República, com independência técnica, administrativa e financeira, porém sem poder normativo sobre o tratamento de dados pessoais.

**DIREITO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO
APLICADO AO PODER LEGISLATIVO***Leandro Ravyelle*

49. O endividamento público constitui tema central da responsabilidade na gestão fiscal, especialmente diante da necessidade de controle das operações de crédito internas e externas e do estabelecimento de limites para a dívida pública. A Constituição Federal de 1988 atribui competência específica a determinado órgão para dispor sobre limites e condições relacionados ao endividamento dos entes federativos.

Nesse contexto, compete privativamente ao(à):

- a) Senado Federal.
- b) Câmara dos Deputados.
- c) Supremo Tribunal Federal.
- d) Tribunal de Contas da União.
- e) Ministério da Fazenda.

50. Analise as afirmativas a seguir e marque V para as verdadeiras e F para as falsas.

- () A Lei de Responsabilidade Fiscal não proíbe, de forma absoluta, a destinação de recursos públicos ao setor privado, mas exige, entre outros requisitos, autorização em lei específica, atendimento às condições da LDO e previsão no orçamento ou em créditos adicionais.
- () A despesa não prevista originalmente na Lei Orçamentária Anual deve ser atendida por crédito suplementar, ainda que não exista dotação específica para a despesa.
- () A proposta orçamentária pode evidenciar insuficiência de receitas em relação às despesas fixadas, desde que observadas as regras constitucionais, legais e fiscais aplicáveis ao equilíbrio orçamentário e à responsabilidade fiscal.
- () A inobservância das normas de execução orçamentária e financeira pode ensejar responsabilização do gestor, inclusive no plano político-administrativo, quando configuradas as hipóteses legais.

A sequência correta é:

- a) V, F, V, V.
- b) F, V, F, V.
- c) V, V, V, F.
- d) F, F, V, F.
- e) V, F, F, V.

51. Durante uma capacitação sobre Administração Financeira e Orçamentária, servidores de um município discutiram a distinção entre Direito Financeiro, Direito Tributário e a competência legislativa prevista na Constituição Federal. Um dos participantes afirmou que a disciplina jurídica da atividade financeira do Estado abrange receitas, despesas, orçamento e crédito público, enquanto o Direito Tributário se ocupa especificamente de uma das espécies de receita pública.

Considerando a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 4.320/1964 e a doutrina de Direito Financeiro, analise as afirmativas a seguir.

- I. O Direito Financeiro disciplina juridicamente a atividade financeira do Estado, abrangendo receitas públicas, despesas públicas, orçamento público e crédito público.
- II. O Direito Tributário possui objeto mais específico, voltado à disciplina jurídica dos tributos, que constituem uma das origens de receita pública.
- III. Compete privativamente à União legislar sobre direito tributário, direito financeiro, direito penitenciário, direito econômico, urbanístico e orçamento.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s):

- a) I, II e III.
- b) I, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) II e III, apenas.

52. No processo de elaboração das leis orçamentárias de determinado ente federativo, a equipe técnica discutiu a função de cada instrumento de planejamento: o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. Também foi debatido o papel do planejamento estatal na Constituição Federal.

Analise as afirmativas a seguir.

I. A LDO funciona como elo entre o PPA e a LOA, pois seleciona as metas e prioridades para o exercício seguinte e orienta a elaboração da lei orçamentária anual.

II. Segundo a Constituição Federal, o planejamento é determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

III. O PPA tem como finalidade principal substituir a LOA na execução anual das despesas públicas, dispensando autorização orçamentária específica para os programas nele previstos, quando plurianuais relacionados a investimentos com duração superior a um exercício financeiro, segundo a Carta Magna.

Assinale:

- a) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- b) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- c) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- d) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

53. Durante a implantação de novo sistema de execução orçamentária, a equipe contábil de um município analisou a classificação das receitas orçamentárias segundo os normativos orçamentários e discutiu a distinção doutrinária entre receitas originárias e derivadas.

Assinale a alternativa correta.

- a) A classificação econômica da receita orçamentária é de utilização obrigatória para todos os entes da Federação, admitindo-se desdobramentos para atender peculiaridades locais.
- b) Receitas públicas derivadas são aquelas obtidas pela exploração econômica do patrimônio estatal, como aluguéis de imóveis públicos e dividendos.

c) Receitas públicas originárias decorrem do poder de império do Estado, como impostos, taxas e contribuições de melhoria.

d) A classificação por natureza da receita orçamentária é composta por categoria econômica, grupo de natureza da despesa e modalidade de aplicação.

e) As receitas orçamentárias são classificadas, quanto à natureza, por função, subfunção, programa e ação.

54. Assinale a alternativa correta com relação à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), conforme a Constituição Federal de 1988 e a Lei Complementar nº 101/2000.

a) A LDO disporá sobre o equilíbrio entre receitas e despesas e estabelecerá critérios e forma de limitação de pagamentos.

b) A LDO disporá sobre normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.

c) A LDO conterá Anexo de Riscos Fiscais, no qual serão avaliados os ativos contingentes e as superveniências ativas capazes de ampliar as receitas públicas.

d) A LDO conterá reserva de contingência, cujo montante e forma de utilização serão definidos diretamente na Lei Orçamentária Anual.

e) A LDO conterá demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas discricionárias de caráter continuado.

**DIREITO PROCESSUAL E ATUAÇÃO
JURÍDICA INSTITUCIONAL***Ricardo Torques*

55. Observe o seguinte trecho:

“não se funda no fato da situação geradora do perigo de dano, mas no fato de a pretensão de tutela imediata se apoiar em comprovação suficiente do direito material da parte. Justifica-se pela possibilidade de aferir a liquidez e certeza do direito material, ainda que sem o caráter de definitividade, já que o debate e a instrução processuais ainda não se completaram.” (JÚNIOR, Humberto T. Curso de Direito Processual Civil Vol.1 - 66ª Edição 2025. 66. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. E-book. p.699. ISBN 9788530995836.

Disponível em:
<https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530995836/>.
Acesso em: 16 jun. 2026.)

Assinale a alternativa que corresponde à modalidade de tutela provisória descrita no texto transcrito.

- a) tutela cautelar antecedente.
- b) tutela de urgência incidental.
- c) tutela de urgência antecedente.
- d) tutela cautelar incidental.
- e) tutela de evidência.

56. Tratando-se das disposições presentes no Código de Processo Civil a respeito da execução contra a fazenda pública, é correto afirmar que ela será citada para opor embargos em

- a) 15 (quinze) dias.
- b) 30 (trinta) dias.
- c) 45 (quarenta e cinco) dias.
- d) 60 (sessenta) dias.
- e) 10 (dez) dias.

57. Considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) acerca da legitimidade processual dos poderes legislativos na defesa de seus direitos institucionais, é correto afirmar que:

- a) não possuem personalidade jurídica e não podem demandar em juízo.
- b) possuem personalidade judiciária e podem demandar em juízo.
- c) não possuem personalidade jurídica, mas podem demandar em juízo.
- d) somente podem demandar em juízo em se tratando de mandado de segurança.
- e) nunca poderão demandar em juízo;

58. Tendo em vista as disposições presentes no Código de Processo Civil acerca da teoria geral dos recursos, é correto afirmar que:

- a) Os recursos não impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.
- b) A renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.
- c) Dos despachos cabe agravo de instrumento.
- d) O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, ainda se distintos ou opostos os seus interesses.
- e) Exige-se o recolhimento do porte de remessa e de retorno no processo em autos eletrônicos.

59. Em se tratando do Código de Processo Civil de 2015, assinale a alternativa que indique corretamente o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte quando não houver preceito legal ou prazo determinado pelo juiz.

- a) 30 (trinta) dias.
- b) 10 (dez) dias.
- c) 5 (cinco) dias.
- d) 15 (quinze) dias.
- e) 20 (vinte) dias.

**CONSULTORIA JURÍDICA E
ASSESSORAMENTO LEGISLATIVO**

João Trindade

60. Constitui mecanismo de controle preventivo de constitucionalidade, exceto:

- a) a emissão de parecer da CCJR sobre a constitucionalidade de proposição
- b) o veto do Executivo por motivo de inconstitucionalidade
- c) o mandado de segurança impetrado por parlamentar em defesa do devido processo legislativo
- d) o ajuizamento de arguição de descumprimento de preceito fundamental pelo governador do Estado
- e) a sanção do Executivo por considerar que o projeto é constitucional

61. Se um Deputado Estadual, membro da Comissão de Constituição, Justiça e Redação da ALE-CE, pretender suspender a vigência de um ato normativo do Executivo estadual que pretensamente tenha exorbitado do poder regulamentar, a consultoria deve elaborar uma minuta de qual proposição legislativa?

- a) projeto de resolução
- b) projeto de lei ordinária
- c) ação direta de inconstitucionalidade
- d) projeto de decreto legislativo
- e) proposta de emenda à Constituição Estadual

62. Se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação da ALECE concluir pela inconstitucionalidade de projeto:

- a) esse parecer não é terminativo
- b) esse parecer é terminativo e irrecorrível
- c) esse parecer é terminativo, mas pode haver recurso individual do autor da proposição

d) esse parecer é terminativo, mas pode haver recurso do autor da proposição, apoiado por 1/5 dos membros da Casa

e) esse parecer é terminativo, mas pode haver recurso do autor da proposição, apoiado por 1/10 dos membros da Casa

63. Considere o seguinte trecho normativo:

“Art. 12º Compete à Comissão de Constituição, Justiça e Redação:

I – Opinar sobre a constitucionalidade das matérias e proposições.

II – Emitir parecer sobre questões objeto de consulta de outras comissões.

III – Aprovar a escolha e destituição de autoridades:

a) para cargos estaduais.”

Pode-se afirmar que, à luz da Lei Complementar nº 95, de 1998, o trecho apresentado:

- a) não apresenta erro
- b) apresenta erro em relação à numeração do artigo
- c) apresenta erro em relação à numeração do artigo e dos incisos
- d) apresenta erro em relação ao uso do ponto final, à numeração do artigo e da alínea
- e) apresenta erro apenas em relação ao uso do ponto final

64. De acordo com a Lei Complementar nº 95, de 1998, julgue os itens a seguir:

I - A ementa será grafada por meio de caracteres que a realcem e explicitará, de modo conciso e sob a forma de título, o objeto da lei

II - O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação.

III - A unidade básica de articulação será o parágrafo.

Estão corretos, apenas:

- a) I e II
- b) I e III
- c) I, II e III
- d) II e III
- e) I

ÉTICA, INTEGRIDADE E RESPONSABILIZAÇÃO

Fabiano Pereira

65. Com base na Lei de Improbidade Administrativa nº 8.429/1992, assinale a alternativa **correta**.

- a) Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que possa gerar risco abstrato de perda patrimonial.
- b) Frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente, configura ato de improbidade que causa lesão ao erário quando acarretar perda patrimonial efetiva.
- c) Na hipótese de ato de improbidade que causa lesão ao erário, a multa civil será de até 24 vezes o valor da remuneração percebida pelo agente.
- d) As sanções por ato de improbidade administrativa podem ser executadas antes da sentença condenatória, ainda que pendente recurso.
- e) Havendo ressarcimento nas instâncias criminal, civil ou administrativa, tal valor não será deduzido

da reparação do dano devida em razão da lesão ao patrimônio público

66. Assinale a alternativa **correta** de acordo com a Lei de Improbidade Administrativa nº 8.429/1992.

- a) Na hipótese de ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública, a multa civil será necessariamente equivalente ao valor do dano causado ao erário.
- b) A sanção de proibição de contratar com o poder público, nos atos contra princípios, jamais poderá extrapolar o ente público lesado pelo ato de improbidade.
- c) Revelar a terceiro, antes da divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço somente caracteriza improbidade se houver dano patrimonial efetivo ao erário.
- d) Na hipótese de ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública, a suspensão dos direitos políticos poderá chegar a 12 anos.
- e) Frustrar, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de concurso público, chamamento ou procedimento licitatório, com vistas à obtenção de benefício próprio ou de terceiros, caracteriza ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública

67. Com base na Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021, quanto às infrações e sanções administrativas, assinale a alternativa **correta**.

- a) O licitante ou contratado somente será responsabilizado administrativamente se der causa à inexecução total do contrato, não havendo previsão de responsabilização por inexecução parcial.
- b) A apresentação de documentação falsa exigida para o certame configura infração administrativa apenas quando ocorrer após a assinatura do contrato.
- c) As sanções previstas para infrações administrativas restringem-se à advertência e à multa, sendo vedada a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- d) Na aplicação das sanções, devem ser consideradas, entre outros fatores, a natureza e a gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, os danos causados à Administração Pública e a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade.
- e) As circunstâncias agravantes ou atenuantes não interferem na aplicação das sanções administrativas, pois a lei adota critério exclusivamente objetivo

DIREITO PENAL

Renan Araújo

68. Ricardo, servidor da Assembleia Legislativa do Ceará, almejando progredir na carreira mediante a comprovação de tempo de serviço público para fins de adicional de desempenho, solicitou ao setor de Recursos Humanos uma certidão que atestasse o período em que atuou como assessor parlamentar. O Diretor do setor emitiu o documento verdadeiro, certificando que Ricardo exercera a função por 15 meses. Ricardo, porém, ciente de que o benefício exigia um período mínimo de 36 meses, alterou o

teor da certidão original, adulterando-a de modo a fazer constar "45 meses" em vez do período real. Diante desse cenário, nos termos do Código Penal, Ricardo praticou o crime de:

- a) Falsidade material de atestado ou certidão.
- b) Falsificação de documento público, com aumento de pena de um sexto por ser funcionário público.
- c) Falsificação de documento público, na modalidade simples.
- d) Certidão ou atestado ideologicamente falso.
- e) Falsificação de papéis públicos.

69. No que tange aos crimes praticados por funcionários públicos ou particulares contra a administração em geral, conforme as disposições do Código Penal e o entendimento doutrinário, assinale a opção correta:

- a) O objeto material do crime de peculato limita-se estritamente a bens de natureza pública, não se configurando o delito caso o servidor se aproprie de valores particulares que detinha a posse em razão do cargo.
- b) A conduta do indivíduo que, sem o emprego de violência ou ameaça, opõe-se passivamente à execução de uma ordem judicial, caracteriza o crime de resistência.
- c) O crime de prevaricação admite tanto a modalidade omissiva pura, ao "deixar de praticar" ato de ofício, quanto a modalidade comissiva, ao "retardar" ou "praticar" o ato contra disposição legal.
- d) O delito de advocacia administrativa, por não exigir que o funcionário público seja obrigatoriamente advogado inscrito na OAB para sua configuração, é classificado como um crime comum.
- e) Na corrupção passiva privilegiada, a conduta do servidor é movida pelo elemento subjetivo específico de satisfazer interesse ou sentimento pessoal, assemelhando-se, neste ponto, ao crime de prevaricação.

70. As sociedades empresárias “Ceará Tech”, “Sertão Digital” e “Fortaleza Software”, especializadas na prestação de serviços de suporte de TI, decidiram participar de um procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico, realizado pela Assembleia Legislativa do Ceará. Com o objetivo de evitar uma disputa real que reduzisse as margens de lucro, os administradores das três empresas ajustaram entre si um esquema de rodízio. Convencionou-se que, no certame de abril de 2026, a “Ceará Tech” apresentaria o menor preço, enquanto as outras duas lançariam propostas com valores propositalmente superiores para simular concorrência e garantir a vitória da primeira. O plano foi executado e a “Ceará Tech” sagrou-se vencedora do lote.

Diante do caso narrado, assinale a opção correta:

- a) Os administradores responsáveis pelas três empresas citadas devem responder criminalmente pelo delito de frustração do caráter competitivo de licitação, tipificado no Código Penal.
- b) Os administradores envolvidos responderão pelo delito de frustração do caráter competitivo de licitação, tipificado exclusivamente na lei especial de licitações, e não no Código Penal.
- c) Apenas o administrador da empresa vencedora responderá criminalmente pelo delito; os demais só seriam responsabilizados caso houvesse a comprovação da obtenção de vantagem econômica direta para suas empresas.
- d) A conduta dos agentes configura o crime de violação de sigilo em licitação, uma vez que houve o compartilhamento prévio dos valores das propostas entre os concorrentes.
- e) Para a caracterização de crime no caso em tela, é indispensável a comprovação de efetivo prejuízo financeiro aos cofres da Assembleia Legislativa ou o recebimento da vantagem indevida.

Questão Discursiva 1

O Município de Alfa foi atingido por fortes chuvas, ensejando a decretação de estado de calamidade pública. Para mitigar os danos, a administração municipal contratou a Empresa Beta, mediante dispensa de licitação, para a reconstrução emergencial de encostas. O contrato teve a duração exata de um ano, encerrando-se em janeiro de 2025. Como a situação calamitosa persistiu, o Prefeito pretende recontratar a Empresa Beta, com base no mesmo fundamento emergencial, por mais seis meses. Em um contexto paralelo, para reparar rotineiramente algumas vias não atingidas pelas chuvas, o Município planeja licitar tal melhoria, classicamente enquadrada como um serviço comum de engenharia. Sobre isso, o Secretário de Obras editou portaria determinando a adoção do pregão para o certame, sob a alegação de que, por se tratar de um serviço comum, essa modalidade seria de utilização estritamente obrigatória no âmbito do Município.

Com base na situação hipotética, redija uma questão discursiva que responda ao(s) seguinte(s) tópico(s):

1. Analise a legalidade da pretensão do Prefeito em recontratar a Empresa Beta por dispensa emergencial, considerando as regras da lei geral de licitações e o entendimento do tribunal de cúpula do Poder Judiciário.
2. Avalie a alegação do Secretário de Obras quanto à obrigatoriedade da adoção da modalidade pregão para a contratação do serviço comum de engenharia em questão.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

Questão Discursiva 2

A Constituição Federal de 1988, caracterizada por sua rigidez, prevê um processo legislativo especial para a alteração de seu próprio texto, consagrando o exercício do poder constituinte derivado reformador. Contudo, o texto impõe limites rígidos para proteger os pilares fundamentais do Estado.

Considerando o tema tratado no texto acima, redija uma questão discursiva que responda ao(s) seguinte(s) tópico(s):

1. Explique o conceito de limitações materiais explícitas ao poder de reforma constitucional, apontando quais são os temas protegidos por essa restrição.
 2. Descreva as limitações circunstanciais previstas na Carta Magna e esclareça como essas situações excepcionais interferem no andamento de uma proposta de emenda à Constituição.
-

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
